

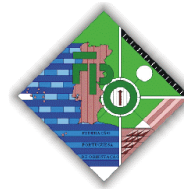
FPO

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ORIENTAÇÃO

Relatório de Atividades e Contas FPO 2021

Parecer | Relatório Conselho Fiscal FPO





1 PARECER CONSELHO FISCAL FPO

Na generalidade o relatório de atividades e contas da Federação Portuguesa de Orientação relativos ao ano de 2021 apresentam informação consistente e com relativo detalhe que permite ao CF apreciar os mesmos com segurança e assertividade.

É importante, e decisivo na leitura dos diversos quadros, ter claro que 2021 ainda continuou a ser marcado pelos problemas, e respetivas consequências, da pandemia pelo que, alertamos, para eventuais discrepâncias com histórico perfeitamente “justificáveis”.

No seguimento, enquanto enquadramento, 2021 ficou claramente “marcado” pelos seguintes factos que consideramos relevantes:

- Pandemia (já mencionado) e respetivas consequências, ao nível de provas, de captação inerente de novos atletas, dificuldades logísticas, processos relacionados, entre outras;
- Adaptação da FPO; e da modalidade; às diversas recomendações do IPDJ com óbvias repercussões no processo de renovação do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva;
- Alteração/Organização nos diversos Órgãos FPO;
- Principais provas com impacto internacional, por um lado o sucesso na realização do MTBO Médio Tejo 2021, por outro o adiamento do JWOC para 2022 e; infelizmente; a não realização do POM 2021 (e 2022, embora não sendo âmbito direto deste exercício).

Do ponto de vista formal, este Conselho Fiscal tomou conhecimento e apreciou o relatório emitido pelo Revisor Oficial de Contas e respetiva Certificação Legal das Contas, bem como todas as demonstrações financeiras e respetivos anexos e, neste sentido, acreditamos que refletem, de forma verdadeira e apropriada, os resultados e a situação financeira da FPO.

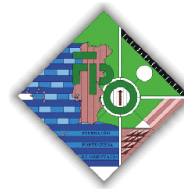
Em suma, e face ao exposto, o Conselho Fiscal é de PARECER; consensual e unanime; que a Assembleia Geral APROVE o Relatório e Contas e respetivos documentos em apreciação, relativos ao exercício de 2021.

Aveiro, 30 de Março de 2022

Rui Jorge Pinheiro Morais - Presidente

Carlos Manuel Castilho da Fonseca Monteiro – Secretário

Carlos Manuel Machado de Matos – Relator



2 NOTAS CONSELHO FISCAL

I. Enquadramento Legal

Em conformidade com o disposto no Artigo 42º do Decreto-Lei 248-B/2008 de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de Junho e ainda de acordo com os Estatutos da Federação Portuguesa de Orientação (FPO), cumpre ao Conselho Fiscal elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar o parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas/Balanço relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade da Direção.

Decorre igualmente da Lei e dos Estatutos que a não existência de um Revisor Oficial de Contas entre os elementos que compõem o Conselho Fiscal, obriga à contratação de serviços de Certificação Legal de Contas por parte de um Revisor Oficial de Contas, antes de as mesmas serem submetidas à aprovação por parte da Assembleia Geral.

II. Componente Operacional

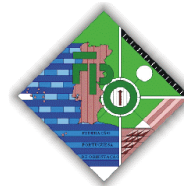
No desenvolvimento dos seus trabalhos relativos ao exercício de 2021, o Conselho Fiscal contou com a colaboração dos demais Órgãos da FPO, no que concerne à disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, **tal facto importa mencionar e agradecer**. As explicações obtidas de todos os intervenientes neste processo dão-nos uma base razoável para podermos formalizar a nossa opinião e recomendação à Assembleia Geral.

III. Principais Destaques/Notas

A FPO gerou, durante o exercício de 2021, um resultado líquido positivo no valor de 14.877,59 euros, em função de rendimentos totais de 282.727,81 euros; cerca de 46% acima do ano anterior e mais perto do valor apurado em 2019; e gastos na ordem dos 267.840,70 euros.

Como sempre, em anos com organização de eventos internacionais relevantes, a atividade financeira foi influenciada pelo MTBO Médio Tejo 2021, quer na componente de receitas, quer em custos. Adicionalmente, parece-nos relevante enunciar as seguintes notas/destaques que, por outras palavras, se encontram mencionados no conjunto dos documentos apresentados (“Relatório de Atividades e Contas 2021” e “Demonstrações Financeiras 31 dezembro de 2021”):

- As diversas implementações, reestruturações e melhorias em diversas áreas de intervenção da FPO com clara utilidade para o desenvolvimento da modalidade;
- Apoio aos Clubes num valor total de 25.557,60 euros;



- Esforço relevante na divulgação das atividades, principalmente ao nível das redes sociais;
- O cumprimento das restantes ações e programas aprovados pelo IPDJ, como o Projeto Ética no Desporto, o Projeto Inovador do DPD Juvenil ou o Projeto Nacional do Desporto para Todos:
 - Tendo em conta a realidade de 2021 consideramos ser de endereçar/destacar uma palavra de louvor;
- Variação da rubrica “Outras Contas a Receber” relativa a valores a receber de patrocinadores, estorno de seguros e dívidas de outros devedores com detalhe no item “13.3. Outros Ativos Correntes”;
- Variações/Dimensão relevante em ambos itens – Gastos e Rendimentos – de “Diferimentos”, sendo mencionado respetivo detalhe no item “13.4 Diferimentos”;
- Relativamente ao MTBO Médio Tejo 2021, a partilha, pelos clubes parceiros, do resultado do evento a ser efetuada em 2022;
- A existência de legado relativamente ao POM 2022, até porque ao dia de hoje já conhecemos que não foi realizado no presente ano (2022), quer ao nível de custos 22,4k€, quer subsídios 30k€ (mencionados no item “13.4. Diferimentos”):
 - Deixando claro que este item, do ponto de vista contabilístico está evidenciado de forma eximia, pelo que o tema é relevante enquanto “*core business orientação*”;
- Item “13.5. Caixa e Depósitos Bancários”, apesar da mobilização do depósito a prazo existente no valor de 40k€, a FPO consegue manter um saldo global bastante interessante e relativamente em linha com histórico (82k€ versus 98,6k€ no final de 2020).